

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Weslaine Thalita Silva Ramos¹; Larissa Dantas Quiulo²; Luciana Dantas Farias de Andrade³

1 Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de Campina Grande – weslainethalita@hotmail.com

2 Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de Campina Grande – larissaquiulo@hotmail.com

3 Orientadora. Universidade Federal de Campina Grande – luciana.dantas.farias@gmail.com

Resumo: A Educação Permanente em Saúde (EPS) surgiu como uma estratégia para a transformação das práticas em saúde de acordo com as necessidades demandadas e para que o profissional adquira mais segurança em si. O período da implantação da Educação Permanente no Brasil se deu quando o país estava passando por uma revolução no modelo de saúde e a posterior criação do SUS. Com isso, a EPS caminha ao lado do SUS desde seu início. Na Atenção Primária à Saúde, cujo objeto de trabalho é o indivíduo, família e coletividade, essa estratégia se faz fundamental, pois o campo de trabalho é de transformações constante e requer mudanças na atenção à saúde. Esse trabalho tem como objetivo explanar as informações disponíveis na literatura acerca da Educação Permanente no âmbito da Atenção Primária à Saúde e tem como metodologia a revisão integrativa. Os estudos selecionados para essa revisão foram identificados a partir da busca em bases de dados (SciELO e LILACS) por meio dos descritores “Educação Continuada”, “Atenção Primária à Saúde” e “Educação em Saúde”. No cruzamento dos descritores foram identificadas 42 publicações científicas no SciELO, 159 na LILACS. 12 foram incluídas neste estudo. Os Resultados evidenciam que existe uma certa fragilidade na implementação da EPS na APS devido a não credibilidade por parte dos profissionais, o desconhecimento da EPS e a falta de apoio da gestão. Salienta-se a necessidade da introdução teórico-prática da temática nos cursos graduação. Concluímos que os gestores e profissionais devem adotar um novo olhar sobre a EPS.

Palavras-chave: educação continuada, atenção primária à saúde e educação em saúde.

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1980, a Educação Permanente em Saúde (EPS) vem sendo amplamente divulgada e disseminada como um novo artifício de formação para a transformação das práticas em saúde, levando em consideração as necessidades sociais e não apenas qualificando os serviços, mas tornando os profissionais dotados de segurança em si (LEMOS, 2016; BARTH *et al.*, 2014).

A introdução da EPS se deu quando o país estava vivendo o Movimento da Reforma Sanitária que resultou na criação de um novo modelo de Saúde: Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS, devido a sua dimensão, passou a ser visto como um lugar privilegiado para a prática de processos educacionais de saúde, pois os lugares de produção de cuidado visando a integralidade, corresponsabilidade e resolutividade concentram o encontro produtivo entre profissionais e usuários, sendo assim, cenários de produção pedagógica (MICCAS E BATISTA, 2014).

O Ministério da Saúde implantou e assumiu responsabilidade constitucional de ordenar a formação dos recursos humanos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

(PNEPS). Com essa Política, Polos de Educação Permanente foram criados e se mostraram eficazes na difusão da proposta da EPS (LEMOS, 2016).

Miccas e Batista (2014) ressaltam que para induzir mudanças nos processos de formação é necessário entender que estas não devem ser elaboradas isoladamente e nem de forma hierarquizada, mas devem fazer parte de uma estratégia e estarem articuladas entre si, criadas a partir de uma problematização da realidade local.

A gestão do trabalho em saúde, em especial, a gestão de pessoas, envolve muitas estratégias, como a estruturação, a organização e inserção do trabalhadores no espaço de trabalho, assim como o comprometimento com seu contínuo desenvolvimento e, nesse ponto, a EPS é um dos seus alicerces (SILVA *et al.*, 2017).

A Atenção Primária à Saúde vem, desde 1994, sendo reorientada por meio da Estratégia Saúde da Família que visa o desenvolvimento do cuidado integral no âmbito individual e coletivo, respondendo os preceitos e diretrizes do SUS. A resolutividade dos cuidados integrais pode ser impulsionada pelo desenvolvimento de espaços de interação e discussão que busca tornar o trabalho como cenário de análise e aprendizagem significativa (FORTUNA *et al.*, 2013).

Ainda no campo da atenção básica, o enfermeiro possui muitas funções complexas e torna-se o profissional de referência. O enfermeiro pode ter a EPS como aliada para assegurar a qualidade de suas práticas, assim como fornecer subsídios para aplicá-las com segurança e confiabilidade. A EPS na Equipe Saúde da Família se mostra necessária, já que todos que a compõem devem estar presentes de forma ativa e responsável em sua comunidade, adotando sempre posturas adequadas diante dos diferentes cenários que podem encontrar (BARTH *et al.*, 2014).

A prática da EPS, apesar de ser bastante divulgada e com boa eficácia, ainda não é adotada em muitos serviços de saúde como uma estratégia para a melhoria da qualidade da assistência. Muitos estudos trazem como explicação para esse acontecimento o fato de não haver apoio da gestão, a crença de que a EPS não é efetiva ou a falta de conhecimento teórico.

Diante do exposto, propõe-se a presente investigação com o objetivo de analisar os estudos disponíveis na literatura acerca da EPS no âmbito da Atenção Primária à Saúde. O estudo é justificado mediante a possibilidade de colaborar com a reafirmação da importância da EPS.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada em fevereiro de 2018, cuja questão norteadora foi: “Quais os desafios e a importância da Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária à Saúde?”. Os estudos acerca do assunto foram identificados por busca nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura em Ciências da Saúde (LILACS) através dos descritores “educação continuada”, “atenção primária à saúde”, “educação em saúde”. Somente foram utilizados termos em português.

Os artigos foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: artigos originais e indexados em língua portuguesa, que abordassem a temática “Educação Permanente na Atenção Primária, com acesso online ao texto completo. Vislumbrando, também, identificar os estudos mais antigos e seus resultados, a data de publicação não foi caracterizada como critério de exclusão ou inclusão.

Foram identificados após consulta às bases de dados e aplicação das estratégias de busca estudos que apresentavam duplicidade entre as bases. Os resumos dos artigos foram lidos e nos casos em que essa leitura era insuficiente para incluí-lo, levando em consideração os critérios de inclusão, o artigo foi lido na íntegra para que pudesse ser determinada sua elegibilidade.

Foram excluídos todos os artigos que não estavam escritos em português, estudos não publicados na íntegra, monografias e teses, além de estudos que não abordavam a educação permanente na atenção primária e/ou que abordavam de forma incompleta, não contribuindo para os resultados desta revisão.

No cruzamento dos descritores “educação continuada”, “atenção primária à saúde”, “educação em saúde”, foram identificadas 42 publicações científicas no SciELO, 159 na LILACS, totalizando 201 estudos. Foram eliminados 11 artigos duplicados, 25 por estarem publicados em inglês e 39 em espanhol, 10 foram excluídos por se tratarem de teses e monografias, 104 não abordavam a temática desta revisão ou não abordavam de forma relevante. Portanto, das 201 publicações, 12 foram incluídas neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 12 artigos para essa revisão integrativa, cujas características gerais são: publicação mais antiga de 2005 e a mais recente data de 2017; 4 artigos são relatos de experiência, 1 trata-se de um estudo

quantitativo e 7 são pesquisas de cunho descritivo, qualitativo e exploratório.

FIGURA 1. Fluxograma de identificação e seleção dos artigos para revisão integrativa.

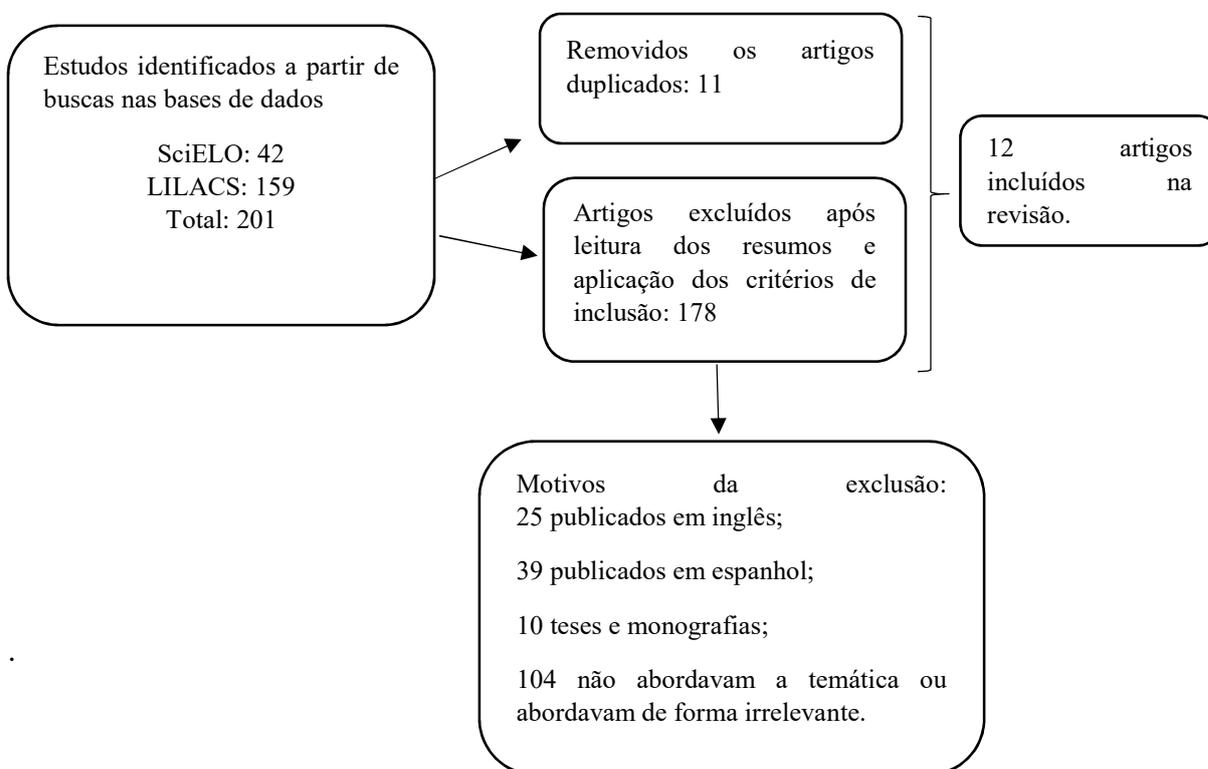


TABELA 1. Características dos estudos segundo autor, título, metodologia e ano de publicação.

AUTOR (ES)	TÍTULO	METODOLOGIA	ANO
Cardoso, Murad e Bof	A institucionalização da educação permanente no Programa Saúde da Família: uma experiência municipal inovadora.	Relato de experiência	2005
Tesser <i>et al.</i>	Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente.	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2011
Coriolano <i>et al.</i>	Educação permanente com agentes comunitários de saúde: uma proposta de cuidados com crianças asmáticas.	Estudo quantitativo	2012
Prado <i>et al.</i>	Teleamamentação no Programa Nacional de Telessaúde no Brasil: a experiência da Telenfermagem	Relato de experiência	2013

Lima, Albuquerque, Wenceslau	Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2014
Medeiros	Educação permanente como instrumento de mudança na rede de atenção à saúde com foco na estratégia saúde da família: um relato de experiência	Relato de experiência	2015
Vasconcelos, Stedefeldt e Frutuoso	Uma experiência de integração ensino-serviço e a mudança de práticas profissionais: com a palavra, os profissionais de saúde	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2016
Pereira e Sena	Cursos realizados pelo Canal Minas Saúde: percepções dos profissionais que atuam na atenção primária	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2016
Silva <i>et al.</i>	A educação permanente no processo de trabalho de enfermagem	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2016
Carvalho, Almeida e Bezerra	Percepção dos profissionais de saúde da atenção primária sobre educação permanente em saúde	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2016
Casarin <i>et al.</i>	Fórum de Humanização: potente espaço para educação permanente de trabalhadores da Atenção Básica	Estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório	2017
Nascimento <i>et al.</i>	Telefonaudiologia como estratégia de educação permanente na atenção primária à saúde no Estado de Pernambuco	Relato de experiência	2017

Primeiro, cabe destacar que os estudos selecionados possuem como autores, em maioria, profissionais de Enfermagem. Esse fato já era esperado, tendo em vista que na Atenção Primária à Saúde o profissional enfermeiro se destaca por desempenhar importantes funções. Em minoria, os autores eram fisioterapeutas, fonoaudiólogos e médicos.

Cardoso, Murad e Bof (2005) relevam em um relato de experiência que a educação continuada tradicional é incapaz de atender a demanda das necessidades de um contexto que está em constante mudança como é o da Equipe Saúde da Família. Além disso, constata que muitos profissionais chegam na atenção básica sem

competências necessárias para uma efetiva atenção à saúde, mas ao passarem pelo processo de Educação Permanente apresentam uma melhoria nítida na qualidade da assistência.

Em uma pesquisa datada de 2012, Coriolano *et al.* revelam que apesar da Educação Permanente ser uma experiência diferenciada no que tange ao processo ensino-aprendizagem, os serviços ainda carregam marcas de outros modelos de difusão das informações, onde há uma hierarquia e não existe o respeito aos conhecimentos prévios que todos possuem. Tal afirmação pode ser explicada pelo estudo feito por Tesser *et al.* (2011) que evidencia o desconhecimento da grande maioria dos profissionais sobre propostas de educação permanente e expõem que na ESF os profissionais se atentavam apenas para as atividades de praxe, sendo pontuais atividades que fugissem da rotina.

Alguns dispositivos podem ser usados para a colocação da EPS no âmbito da Atenção Primária, tais como: reunião dos profissionais, apoio matricial, apoio institucional, projeto terapêutico singular e a consulta compartilhada para a discussão de casos clínicos. Além disso, a integração ensino-serviço, especialmente com as universidades é outra forma para a efetivação da Educação Permanente (LIMA, ALBUQUERQUE E WENCESLAU, 2014).

Diante da exposição de que a integração do serviço com as universidades é de suma importância para efetuação da EPS, Vasconcelos, Stedefeldt e Frutuoso (2016) corroboram com esta afirmação e ainda acrescentam que para o fortalecimento das ações de educação permanente é necessário potencializar o aprendizado com atividades de ensino, de extensão e pesquisa no campo acadêmico.

Outro estudo também alega que os profissionais, não apenas da Atenção Primária, devem apropriar-se do compromisso com a educação permanente e devem ser incentivados durante os cursos de graduação, mediante ensino que problematize as questões a serem vivenciadas na vida profissional. Nessa mesma publicação é exposto o fato de que um grande número de profissionais da atenção primária trata a Educação Permanente e Educação em Saúde como sinônimos (CARVALHO, ALMEIDA E BEZERRA, 2016).

Outra estratégia para implementação da Educação Permanente é a realização de fóruns, pois possibilita a troca de ideias, construção e desconstrução de opiniões, fortalecendo a construção coletiva e colaborativa. Com os fóruns, a educação permanente é reforçada enquanto estratégia de gestão, vislumbrando proporcionar mudanças nas práticas de trabalho (CASARIN *et al.*, 2017).

Um relato de experiência de 2015 que abrange a Educação Permanente como instrumento de mudança na rede de atenção à saúde com foco na Estratégia Saúde da Família, destaca que um dos principais entraves na efetuação da Educação Permanente é a não confiança dos profissionais nos resultados positivos dessa educação, pois creem que a Educação Permanente não acarreta em mudanças nas práticas de saúde e que não aprendem mais do que já sabem (MEDEIROS, 2015).

Os estudos de Medeiros (2015) e Lima, Albuquerque e Wenceslau (2014) apontam que um dos nós críticos para a priorização da Educação Permanente em Saúde é representado pela gestão que não oferecem apoio para que essa educação ganhe espaço institucional que lhe permita ganhar sustentabilidade.

Com o avanço e acesso à tecnologia o método de educação à distância tem sido empregado para as ações de educação permanente. O Ministério da Saúde no uso de suas atribuições colocou à disposição dos profissionais o Programa Telessaúde Brasil Redes que disponibiliza a tele-educação entre muitos serviços. Os estudos Prado *et al.* (2013) e de Nascimento *et al.* (2017) corroboram que essa modalidade tem sido promissora e produz um relevante impacto na educação permanente e satisfazem os profissionais. Por outro lado, Pereira e Sena (2016) enaltecem que essa modalidade de educação permanente ainda é insuficiente para a modificação da prática profissional por não conseguir transcender a unicidade das práticas tecnicistas e reproducionistas.

Silva *et al.* (2016) relatam que as ações de educação permanente no trabalho de enfermagem são pontuais e esporádicas, não utilizando os fundamentos que embasam e sustentam os preceitos da educação permanente e afirmam que

Ser 'novo' não significa estar 'despreparado' e ser 'antigo' no trabalho, não remete automaticamente à concepção 'desatualização'. Aos novos, necessita-se investir educativamente a fim de prepará-los para a inserção no trabalho, contudo isso não quer dizer 'moldar' os sujeitos a reproduzir ações/técnicas/comportamentos. A educação dos 'antigos' pode representar um importante modo de aprender e ensinar, associar as experiências do trabalho com novos conhecimentos (SILVA *et al.*, 2016, p. 2353).

Percebe-se que embora se entenda a necessidade e a importância da Educação Permanente, esta não é empregada da forma adequada no âmbito da Atenção Primária. Em geral, isso ocorre pela depreciação pelos profissionais ou por não saberem o real significado da Educação

Permanente, tratando-a como sinônimo de educação em saúde e/ou educação continuada.

CONCLUSÕES

É notório os aspectos positivos da Educação Permanente em Saúde e de essencial importância a implementação dessa estratégia na Atenção Primária à Saúde, tendo em vista que o objeto de trabalho na atenção primária está em constante transformação sendo necessário a introdução de novas práticas em saúde para garantir a qualidade da assistência.

Para a real efetivação dos pressupostos da Educação Permanente em Saúde é necessário que os profissionais compreendam a sua importância e necessidade e que adotem um novo olhar para essa prática. Além disso, vale salientar a indispensabilidade da discussão da temática nos cursos de graduação na área da saúde e a conscientização dos gestores quanto ao apoio para que essa educação consiga ultrapassar fronteiras.

REFERÊNCIAS

- 1 BARTH, P. O. et al. Educação permanente em saúde: concepções e práticas de enfermeiros de unidades básicas de saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.16, n.3, 2014. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v16/n3/pdf/v16n3a15.pdf>> Acesso em 25 de Fevereiro de 2018.
- 2 CARDOSO, Ivana Macedo; MURAD, Ana Luiza Gualandi; BOF, Sandra Mara Soeiro. A institucionalização da educação permanente no programa de saúde da família: uma experiência municipal inovadora. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 429-440. Setembro, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.
- 3 CARVALHO, Thalyta Gleyane Silva de; ALMEIDA, Ana Mattos Brito de; BEZERRA, Maria Iracema Capistrano. Percepção dos profissionais de saúde da atenção primária sobre educação permanente em saúde. **SANARE**. Sobral, V.15 n.02, p.94-103, Jun./Dez. – 2016. Disponível em < <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1043/589>> Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.
- 4 CASARIN, Naiára *et al.* Fórum de Humanização: potente espaço para educação permanente de trabalhadores da Atenção Básica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.41, n.114, p.718-728, Setembro. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042017000300718&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

5 CORIOLANO, Maria Wanderleya de Lavor *et al.* Educação permanente com agentes comunitários de saúde: uma proposta de cuidado com crianças asmáticas. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.37-59, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

6 FORTUNA, Cinira Magali *et al.* Educação permanente na estratégia saúde da família: repensando os grupos educativos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [Internet]. jul.-ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt_0104-1169-rlae-21-04-0990.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

7 LEMOS, Cristiane Lopes Simão. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente?. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.913-922, Março, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300913&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2018.

8 LIMA, Sayonara Arruda Vieira; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti; WENCESLAU, Leandro David. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 425-441, Agosto 2014 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

9 MEDEIROS, Lis Cardoso Marinho. Educação Permanente como instrumento de mudança na rede de atenção à saúde com foco na Estratégia Saúde da Família: um relato de experiência. **Revista Ciência Plural**. v. 1(1): 65-74. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/7325/5503>> Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

10 MICCAS, Fernanda Luppino; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.48, n.1, p.170-185, Fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000100170&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2018.

11 NASCIMENTO, Cynthia Maria Barboza do *et al.* Telefoniaaudiologia como estratégia de educação permanente na atenção primária à saúde no Estado de Pernambuco. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 19, n.3, p.371-380, Junho 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&p

id=S151618462017000300371&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

12 PEREIRA, Lizziane d' Ávila; SENA, Roseni Rosângela de. Cursos realizados pelo Canal Minas Saúde: percepções dos profissionais que atuam na atenção primária. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, e56984, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472016000200416&lng=en&nrm=iso>. 27 de Fevereiro de 2018.

13 PRADO, Cláudia *et al.* Teleamamentação no Programa Nacional de Telessaúde no Brasil: a experiência da Telenfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 47, n. 4, p.990-996, Agosto 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342013000400990&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

14 SILVA, Luiz Anildo Anacleto da *et al.* Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos gestores municipais de saúde. **Revista Gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre, v. 38, n. 1, e58779, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472017000100407&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2018.

15 SILVA, Luiz Anildo Anacleto da *et al.* Educação permanente no processo de trabalho de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. 6(3):2349-2361. 2017 Disponível em <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1027/1168>>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

16 TESSER, Charles Dalcanale *et al.* Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.11, p.4295-4306, Nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011001200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2018.

17 VASCONCELOS, Ana Claudia Freitas de; STEDEFELDT, Elke; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí. Uma experiência de integração ensino-serviço e a mudança de práticas 'profissionais: com a palavra, os profissionais de saúde. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação (Botucatu)**, Botucatu, v.20, n.56, p.147-158, Março 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832016000100147&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2018.